

# **INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA**



**“O crime de resistência e coação sobre funcionário, os sistemas de  
regras sociais e a desregulação social.**

**Primeiras aproximações a uma realidade social complexa como  
manifestação de desregulação social”**

**Estudo exploratório**

**3.º Curso de Comando e Direção Policial**

**Turma C**

**Autor: Comissário Nelson Ribeiro**

**Lisboa, 12 de julho de 2019**



## **Resumo**

A vida em sociedade está sujeita a regras que o tempo e devido e as profundas alterações sociais, culturais e económicas se foram diluindo originando desvios que podem por em causa a estabilidade e a organização social. A intervenção da Polícia pode influenciar o comportamento social, todavia é geradora de reação sob a forma do crime de resistência e coação sobre funcionário. Neste artigo procuramos interpretar as circunstâncias que rodeiam a prática deste crime, clarificar os seus elementos e construir uma aproximação do perfil dos seus autores.

Palavras-chave: autoridade, crime, desvio, norma, social

## **Abstract**

Life in society is submitted to rules. During time and due to profound social, economical and cultural changes, those same rules changed. Some of them even disappeared. Deviations occurred also which may have caused social instability and lack of organization.

Police intervention might have some influence in social behaviour. However, it can also be a cause of social reaction in forms of crime resistance and employee's duress.

In this essay, we will try to understand and relate all circumstances that might lead to that kind of crime. We will try to clarify all elements by building one clear profile of its perpetrators.

Key words: authority, crime, deviation, norm, social.

## **Introdução**

De acordo com o Relatório Anual do Sistema de Segurança Interna (RASI) de 2018, o crime de resistência e coação sobre funcionário (RCSF) é o segundo mais representativo dos crimes contra a autoridade pública, só sendo suplantado pela desobediência. O Código Penal (CP) português contempla um conceito amplo de crimes contra o Estado, no qual se incluem não só os crimes contra a segurança do Estado (os quais estão subdivididos entre crimes contra a soberania nacional, crimes contra a realização do Estado de direito e crimes eleitorais), mas também os crimes contra a autoridade pública, os crimes contra a realização da justiça e os crimes cometidos no exercício de funções públicas.

Nas sociedades atuais, a vivência social faz-se num contexto de profundas transformações culturais, sociais e económicas que podem induzir ruturas nas regras que garantem a estabilidade e segurança de uma determinada organização social. Assente num sistema de regras sociais cuja violação acarreta a aplicação de sanções, a liberdade de escolha conduz

muitas vezes ao desvio e à desregulação social. (Giddens, 2007) Refletir acerca desta problemática, com o enquadramento legislativo-penal identificado, é o que nos propomos fazer.

Propomo-nos um estudo de natureza exploratória, o qual é definido como a investigação que deve ser realizada quando o investigador, revelando interesse pelo tema, apresenta pouco ou nenhum conhecimento sobre o assunto (Given, 2008).

A análise que desenvolvemos permitiu-nos identificar dois *spots*, cujo critério identificador resulta de um indicador indireto de turbulência social, medido pela variação do número de casos registados. Assim, da análise de um intervalo temporal de 4 anos, assumimos que uma maior turbulência corresponde a variações mais elevadas e uma menor turbulência a variações mais baixas ou nulas.

Partindo depois destes dois ambientes, tentamos caracterizar e clarificar os pressupostos do crime de RCSF, identificar a heterogeneidade das ocorrências e enquadrá-las de acordo com os pressupostos daquele crime.

## **Objetivo do trabalho**

A atuação policial, ainda que legítima e legitimada pela autoridade que lhe é confiada pelo Estado, por vezes, e crescentemente, gera resistência, a qual, nos termos do CP configura a prática de um crime (contra a autoridade pública).

Tentaremos descortinar, de modo fundamentado, os pressupostos deste crime, do ponto de vista jurídico-legal de acordo com o CP, mas sobretudo, do ponto de vista sociológico, detetando as grandes tendências da sua evolução e comparando-as com outras categorias criminais, percebendo as semelhanças e diferenças entre ocorrências verificadas em locais com dinâmicas distintas em relação a esse tipo de crime. Pretendemos:

- Conhecer a distribuição do crime de RCSF na área do Cometlis, em especial em dois locais distintos, selecionados de acordo com o coeficiente de variação (o mais baixo e o mais elevado);
- Fundamentar essa variação e a sua relação com as características demográficas do local onde ocorrem;
- Fazer uma aproximação ao perfil dos autores deste crime e dos polícias responsáveis pelas detenções em flagrante delito;
- Interpretar as circunstâncias que rodeiam a prática de ocorrências desta natureza.

## **Pertinência do trabalho**

Muito se tem falado acerca da intervenção das forças de segurança (FS) e da resistência à sua atuação. As mudanças ao nível legal, mas sobretudo a evolução social e as alterações resultantes dessa evolução, têm gerado a ideia generalizada de que há maior resistência à atuação policial. Em que medida fatores sociais como o enfraquecimento das relações e regras sociais, a perda de valores, a exclusão social e o surgimento de bolsas de pobreza, sobretudo urbana, as características do local onde o crime ocorre e as circunstâncias em que este se materializa, entre outras, influem na reação à atuação policial enquanto manifestação do poder de autoridade?

## **Formulação do problema**

As hipóteses são o ponto de partida para o objeto de estudo, representando suposições enunciadas com base no problema e questões de investigação (Sarmiento, 2013). Formulamos 3 hipóteses orientadores da pesquisa:

- A falência das regras sociais que compõem o sistema de controlo informal leva ao desrespeito pelas normas integradas no sistema formal de regulação social;
- A resistência e coação sobre funcionário é a fase visível da reação à intervenção do Estado na reposição da normalidade social;
- A evolução deste crime ao longo do tempo acompanha a evolução da restante criminalidade;

Partindo destas três hipóteses, formulamos o nosso problema de investigação:

Qual o valor heurístico do crime de resistência e coação sobre funcionário enquanto indicador de desregulação social, equivalente a uma desvalorização dos sistemas de regras formais direcionados para a conduta dos cidadãos diante o exercício das funções de autoridade pública?

## **Método**

Como referido, a realização de um trabalho desta natureza e tendo em conta os objetivos que traçamos, entende como adequado uma abordagem exploratória, recorrendo a um método misto de pesquisa.

Um modelo que integre as abordagens quantitativa e qualitativa, e capaz de retirar o melhor de cada uma delas, permitirá uma melhor resposta ao que se pretende e a confirmação e

complementaridade dos resultados obtidos. Creswell e Plano Clark (2011) consideram método misto o procedimento de recolha, análise e combinação das técnicas quantitativas e qualitativas na mesma pesquisa (Paranhos *et al.* 2016, p.391).

Citando Teddlie e Tashakkori (2008), este modelo foi definido como "pesquisa na qual o investigador recolhe e analisa dados, integra-os extraíndo inferências usando abordagens ou métodos qualitativos e quantitativos num único estudo ou trabalho de investigação". Vários autores que escrevem sobre este modelo referem-se especificamente à centralidade das questões de pesquisa para essa orientação (e.g. Bryman, 2006b; Erzberger & Kelle, 2003; Tashakkori e Teddlie, 1998).

A reflexão sobre o crime de RCSF, enquanto indicador de desregulação social, pode ser apoiada, quer através de uma metodologia quantitativa, quer através da metodologia qualitativa. Num primeiro momento através da análise estatística das ocorrências registadas em duas realidades sociais diferentes e, num segundo momento, através de uma análise profunda de algumas ocorrências registada em cada uma dessas realidades.

O volume de detenções verificadas ao longo do período em análise (2015/2018) em toda a área do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP (Cometlis) e as limitações de um trabalho desta natureza tornaram incomportável a análise de todos os autos. Assim, definimos como amostra para a nossa pesquisa as detenções ocorridas nas áreas das Esquadras do Cometlis com maior e menor coeficiente de variação no crime de RCSF durante o período em estudo. Após uma análise de frequências, concluímos que no período entre 01 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, a subunidade com o menor coeficiente de variação foi a 74.<sup>a</sup> Esquadra (Torres Vedras) com 10 registos e a que apresentou o maior coeficiente de variação foi a 30.<sup>a</sup> Esquadra (Estrela) com 24 registos. Por conseguinte, identificámos duas subunidades policiais cujo crime de RCSF, previsto no artigo 347º do CP, sofreu alterações opostas: estabilização vs. Instabilidade. É nossa perceção que, com esta amostra, conseguiremos uma caracterização dos processos de estabilização e de mudança associados a esta prática criminal. De notar que não nos interessou selecionar apenas as variações positivas no período, mas sim a instabilidade dos registos.

Para selecionar os autos registados no período em estudo, utilizaram-se os seguintes critérios:

- Ano mais representativo em termos de n.º de ocorrências – 2016. Apesar do ano de 2015 ter maior número de registos (mais de 38% do total das detenções por este tipo de crime, como a 74.<sup>a</sup> Esquadra não apresenta qualquer ocorrência, selecionamos 2016, o segundo ano mais representativo;

- Detenção efetuada no âmbito do patrulhamento auto e da proatividade policial, uma vez que este tipo de ocorrências é o mais representativo com mais de 26% e 88% das ocorrências estudadas, respetivamente;
- Ocorrência que envolveu 2 polícias, ou seja, o polícia responsável pela detenção e outro como testemunha, uma vez que representa praticamente 56% das ocorrências registadas;
- Detenção em cujo *modus operandi* (MO) foi o recurso a ameaça, um dos pressupostos do crime em causa e que representa 50% dos casos registados;
- Todas as ocorrências em que os detidos são do sexo feminino.

## **Sistema de regras sociais e desvio**

A vivência em comunidade está disciplinada por regras e sistemas de regras socialmente produzidos que garantem o seu funcionamento, assumindo ainda um papel determinante na estrutura, nas práticas, linguagem, costumes ou nas normas e leis dessas comunidades.

A aceitação dessas regras depende de vários fatores, entre eles, o seu conhecimento, o significado que lhe é atribuído e as sanções que são impostas pelo grupo ou organização quando são violadas (coerção). Bourdieu, citado por Pires (2000), crítico do conceito de regras, contrapõe-lhe o conceito de *habitus*, definindo-o como regras situadas além da atenção ou consciência imediata, afirmando que os atores não agem seguindo regras mas de acordo com algo “mais racional e cognitivo”. Acrescenta que o *habitus* representa regras tácitas, socialmente apreendidas, que envolvem a interiorização de experiências passadas, as quais podem mesmo estar em conflito com regras conscientes ou refletidas com as leis ou os regulamentos.(Pires, 2000).

Para Burns e Flam (2000), as regras e sistemas de regras sociais alcançam dois tipos de objetivos: instrumentais e comunicativos/simbólicos. Em termos instrumentais refletem a organização e coordenação em contextos de mobilização de esforços na procura de bens coletivos ou em relações de interdependência de diferentes atores para evitar consequências negativas dessas relações. Em termos comunicativos e simbólicos, essas regras são garantia de comunicações claras, diferenciando-as em termos de significado, evitando assim a incerteza social. Embora se arroguem deste papel de redução da incerteza social bem como da definição de padrões e orientações estratégicas para alcançar objetivos, de outra forma inalcançáveis, na maioria das vezes, são concebidos como meros constrangimentos ou limitações sociais das possibilidades de ação (Giddens, 1984).

Embora congreguem um fim comum, os sistemas de regras informais e formais são necessariamente diferentes, embora esta diferença seja variável. Enquanto os sistemas de regras informais são desenvolvidos pela aprendizagem, pela negociação, pela persuasão e exercício do poder entre pares, os sistemas de regras formais são sobretudo resultado de um conjunto de leis, regulamentos, manuais e normas impostos por uma entidade supra (no nosso caso, o Estado).

### **Norma e desvio**

Os membros da sociedade partilham valores, orientações e expectativas comuns que orientam a sua vivência social. É a partir deste consenso (ou contra ele) que o desvio pode ser explicado” (Ferreira, 1999, p. 639).

Os sistemas sociais atuam de forma a garantir a aceitação e adesão às regras sociais e a sua força depende “em maior ou menor grau dos processos de controlo social estabelecidos, do seu tipo e da sua eficácia” (Burns e Flam 2000, p.70). A variedade de processos de controlo social é infindável: porém, estes autores distinguem dois tipos gerais de incentivos sociais ao comportamento seguidor, no caso, a persuasão e a sanção. Além destes fatores, a obediência às regras sociais resulta também dos benefícios que lhe estão associados, intrínsecos e extrínsecos. Nos primeiros incluímos o incentivo à aprendizagem das regras sociais e as regras que os atores impõem a si próprios; nos segundos incluímos o elevado custo que resultaria na adoção de um sistema alternativo e a estabilidade desse sistema reforçado pelo processo de socialização infantil (Burns e Flam, 2000).

A violação ou limitação da autoridade do Estado representam um desvio, que no caso concreto configura a prática do crime de RCSF previsto no art.º 347.º do CP.

Numa sociedade, o complexo de regras sociais têm um papel essencial. Todavia, o direito tem uma capacidade impar “para influenciar o contexto social, o qual, por sua vez [...] detém o poder necessário para determinar a ordem social (Storino, 2016, p. 35).

É também no Direito que assenta o poder e a legitimação da atuação policial, enquanto representante do Estado, na regulação das relações sociais ou na reposição na normalidade social quando esta é posta em causa.

### **Desregulação social**

As sociedades são dominadas pela estabilidade e consenso, embora em determinados momentos expostas a discórdias e à mudança social. Refere Ferreira que “a instabilidade,

(...), conduz a tensões e a roturas na ordem local” (1999, p. 639), motivando assim uma certa desregulação social. Esta reflete a incapacidade das regras que determinam os deveres e as obrigações dos atores de determinado grupo ou comunidade para assegurar as novas exigências. Nestes casos, a reposição da normalidade só será garantida pela emergência ou intervenção de instituições, sejam de controlo formal ou de controlo informal, capazes de garantirem a coesão social.

A alteração da natureza dos laços sociais e as transformações nos modelos de organização familiar, ou seja, a ausência ou aparente enfraquecimento da reação social, sobretudo informal são alguns aspetos que se deve ter em conta quando falamos de (des)regulação social. A quebra deste controlo social informal refletir-se-á num sentimento de impunidade o que pode potenciar o reforço da não conformidade com as normas sociais e mesmo com a lei. Para Fernandes (2006) as instituições verticais do passado não resistem às mudanças nas sociedades ocidentais fazendo com que o efeito aglutinador do Estado e da família tenda a perder-se. “Está em curso uma forte desinstitucionalização da vida social” (2006, p. 48) que, acompanhada pela incapacidade dos sistemas de controlo social existentes de induzirem as pessoas a aderirem às regras estabelecidas, levará à desregulação social.

### **Resistência e coação sobre funcionário. Pressupostos.**

Weber descreve o poder como “a possibilidade de encontrar obediência a uma ordem determinada”, e relaciona-o com outros conceitos como autoridade, legitimidade e obediência. (Weber, 2005, p. 19) A atuação policial mais não é que uma manifestação do poder de autoridade do Estado para com o cidadão, dotada de legitimidade e do dever de obediência que lhe está associado. Porém, ao poder está associada a resistência. “Cada poder gera a sua própria resistência” (Pinto, 2011, p. 27), neste caso uma resistência ilícita à intervenção do sistema de controlo social formal, alicerçado na lei, aquando da reposição da normalidade social.

Fernandes refere que “as sociedades têm vindo a ser sujeitas a um processo de erosão” que se tem refletido no enfraquecimento de dimensão informal e formal do seu controlo, acompanhadas de uma “expansão das liberdades” (2006, p. 29) cujos reflexos são a perda de valores, referências e identificação social.

Do ponto de vista sociológico, o crime de RCSF não representa apenas um desvio às normas imperativas de parametrização de condutas e controlo social. Tem no seu âmago uma reação à autoridade do Estado entendida como exteriorização de poder gerador de obediência por parte



daqueles que causaram a desregulação social, aquando da tentativa de reposição da normalidade. Esta convicção decorre do facto de todas as ocorrências de verificação deste crime serem precedidas de comportamentos antissociais (criminais ou não) e de consagrar uma reação ativa à intervenção policial quando tenta repor a normalidade social.

A crise que se instalou na dimensão informal do controlo social, em instituições como a família, a escola, a fábrica, entre outras (Fernandes, 2006), numa sociedade cada vez mais complexa, obrigou à emergência do Estado como maior controlo das tensões sociais e logo ao seu maior desrespeito. Isto mesmo parece demonstrar o resultado da análise quantitativa que produzimos no âmbito do presente estudo, como veremos. Esta tendência parece dever-se ao enraizamento das regras e valores e, consequentemente, à existência de um controlo informal assente, entre outros elementos, na maior censura dos pares. O seu papel de regulação social contribui para o reconhecimento das normas e sistemas de normas que balizam a sociedade local, mas também, da autoridade e legitimidade do Estado exteriorizada na atuação policial, na sua intervenção de reposição da ordem social.

Do ponto de vista jurídico-legal, estamos perante uma conduta inserida nos crimes contra a autoridade pública e punida nos termos do artigo 347º do CP.

Esta incriminação “tutela a autonomia intencional do Estado – enquanto *bem jurídico* que visa a estabilidade e regularidade das relações sociais – face a agressões de elementos que lhe são alheios” (Monteiro, 1999, p. 337). São pressupostos da verificação deste crime:

- (i) Oposição à autoridade pública (funcionário ou membro das forças ou serviços de segurança) no exercício das suas funções;
- (ii) Através do emprego de violência incluindo ofensas à integridade física ou ameaça grave. Esta violência pode ser física ou psíquica, desde que “capaz de incutir medo a um homem normal” como decorre do Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 20/04/2004. Quanto à ameaça, esta caracteriza-se através de três características essenciais: mal importante adequado a constranger o ameaçado; futuro, cujos efeitos se manifestem depois desta ação e; cuja verificação desses efeitos dependa da vontade do agente (Carvalho, 1999).

# Crimes registados pelas autoridades policiais: a resistência e coação sobre funcionário

## A abordagem macroscópica (âmbito nacional)

Com suporte na base de dados (SIEJ) da Direção Geral Política e Justiça (DGPJ/MJ)<sup>1</sup>, a qual viabiliza a produção de séries temporais alargadas (1993 a 2018), e sem prejuízo das várias alterações na tipificação penal ocorridas ao longo de mais de um quarto de século, às quais se deve atender numa análise mais fina que o escopo deste texto não comporta, é ainda assim possível e relevante conhecer a evolução do *stock* de crimes registados em Portugal neste período.

No Gráfico 1, focando-nos na ‘criminalidade reportada total’ (linha vermelha), identifica-se uma tendência curvilínea, com dois grandes ciclos (Machado, 2019):

- O período longo de 1993 a 2008, marcado por um crescimento irregular, mas praticamente contínuo, do volume de participações, a que correspondeu uma taxa de variação anual média de 2,5%;
- O período de 2009 até 2018 no qual a tendência dominante é a do decréscimo de ocorrências, ainda que também irregularmente, a que correspondeu uma taxa de variação anual média de -2,2%:

A conclusão, porventura surpreendente para quem alinha pela ideia de um crescimento galopante da ‘criminalidade reportada total’, é a de que neste último quarto de século o crescimento anual médio foi de +3% (ou seja, por cada 1000 ocorrências criminais registadas em 1993, em 2018 registaram-se mais 3).

A linha de tendência da distribuição da ‘criminalidade total reportada’ (linha picotada vermelha) permite obter um coeficiente de determinação<sup>2</sup> elevado ( $R^2 = 0,8133$ ) e evidencia esse dois ciclos: um ciclo mais longo de crescimento que precede um ciclo mais curto, mas consistente, de descida do volume de participações.

O Gráfico 1 contempla ainda o comportamento da variável ‘crimes contra a autoridade pública’ para igual período. Observa-se que nesta subespécie criminal (cfr. Capítulo II do Título V – dos crimes contra o Estado – do CP) a linha de tendência da distribuição dos

---

<sup>1</sup> Acessível em [http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow\\_636974259557812500](http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636974259557812500)

<sup>2</sup> O coeficiente de determinação é um indicador usado para medir a qualidade do ajustamento de uma linha de regressão. Quanto maior o valor de  $R^2$  (que varia entre 0 e 1) melhor se conseguem explicar os valores observados. No caso do Gráfico 1, o ajustamento escolhido não corresponde a uma função de crescimento linear, mas polinomial, e a observação das linhas picotadas observadas esclarece a existência de dois ciclos, com um ajustamento, em qualquer uma das variáveis, muito elevado (valores de 0,8133 e 0,9331, respetivamente para a criminalidade total e para os crimes contra a autoridade pública).

crimes contra a autoridade pública (linha picotada azul) apresenta um comportamento razoavelmente idêntico à anterior, igualmente com dois ciclos, mas temporalmente desfasados da tendência da ‘criminalidade total reportada’. Com efeito, o ciclo de crescimento dos crimes contra a autoridade pública arrasta-se até 2012, iniciando em 2013 uma tendência decrescente até à atualidade, portanto, mais recente mas com uma variação mais acentuada (ver também Tabela 1).

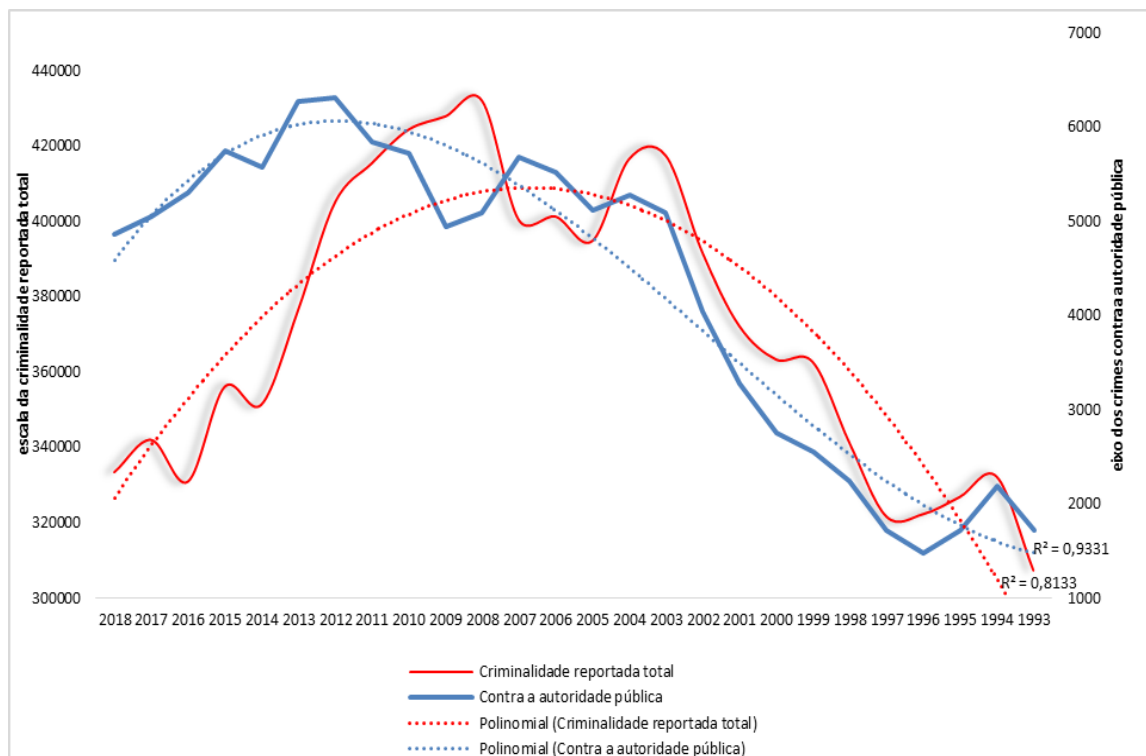


Gráfico 1 – Análise retrospectiva alargada da criminalidade reportada total e dos crimes contra a autoridade pública: dados nacionais (1993-2018), in Machado, P. (2019)

| <b>Criminalidade reportada total</b>       | <b>1993 a 2008</b> | <b>2009 a 2018</b> |
|--|--------------------|--------------------|
| Taxa de variação média anual               | <b>2,5%</b>        | <b>-2,2%</b>       |
|  | <b>1993 a 2018</b> |                    |
| Taxa de variação média anual (1993 a 2018) | <b>0,3%</b>        |                    |

| <b>Crimes contra a autoridade pública</b>  | <b>1993 a 2012</b> | <b>2013 a 2018</b> |
|--|--------------------|--------------------|
| Taxa de variação média anual               | <b>13,4%</b>       | <b>-3,3%</b>       |
|  | <b>1993 a 2018</b> |                    |
| Taxa de variação média anual (1993 a 2018) | <b>7,1%</b>        |                    |

Tabela 1 – Variação média anual da ‘criminalidade reportada total’ e dos ‘crimes contra a autoridade pública’, nos ciclos e no período de 1993 a 2018: valores nacionais

Fonte: SIEJ | DGPJ/MJ. Retirado de Machado, P. (2019).

Convém ter presente que o crime de desobediência – por nós entendido como um crime conexo com o de RCSF - tem, historicamente, uma representação maioritária no conjunto dos crimes contra a autoridade pública: entre 1993 e 2018 apenas em 1999 e 2000 foi inferior a 50% do total, mas nunca perdeu o estatuto do crime mais reportado nesta categoria de Nível 2.

Há, agora, que focalizar a análise na categoria criminal singular que a RCSF configura. Substantivamente, e à luz do seu enquadramento penal e dos pressupostos subjacentes, trata-se de uma conduta que envolve uma reação ativa ilícita contra a ação policial. Trata-se de uma conduta, mais do que uma atitude social, que coloca em crise a autonomia do Estado e cuja incriminação pretende proteger o valor da autoridade pública.

Quando tomamos o crime de RCSF na sua expressão quantitativa absoluta (ver Gráfico 2, linhas azul e azul picotada), ao longo deste período mais alargado, reconhecemos uma silhueta evolutiva parecida com captada para o conjunto dos crimes contra a autoridade pública. Mas a linha de tendência traçada (linha picotada) tem um ajustamento ainda melhor que aquela que foi representada na Tabela 1 ( $R^2=0,9516$ ) para os crimes contra a autoridade pública, sendo evidente a mudança de ciclo que ocorre depois de 2012.

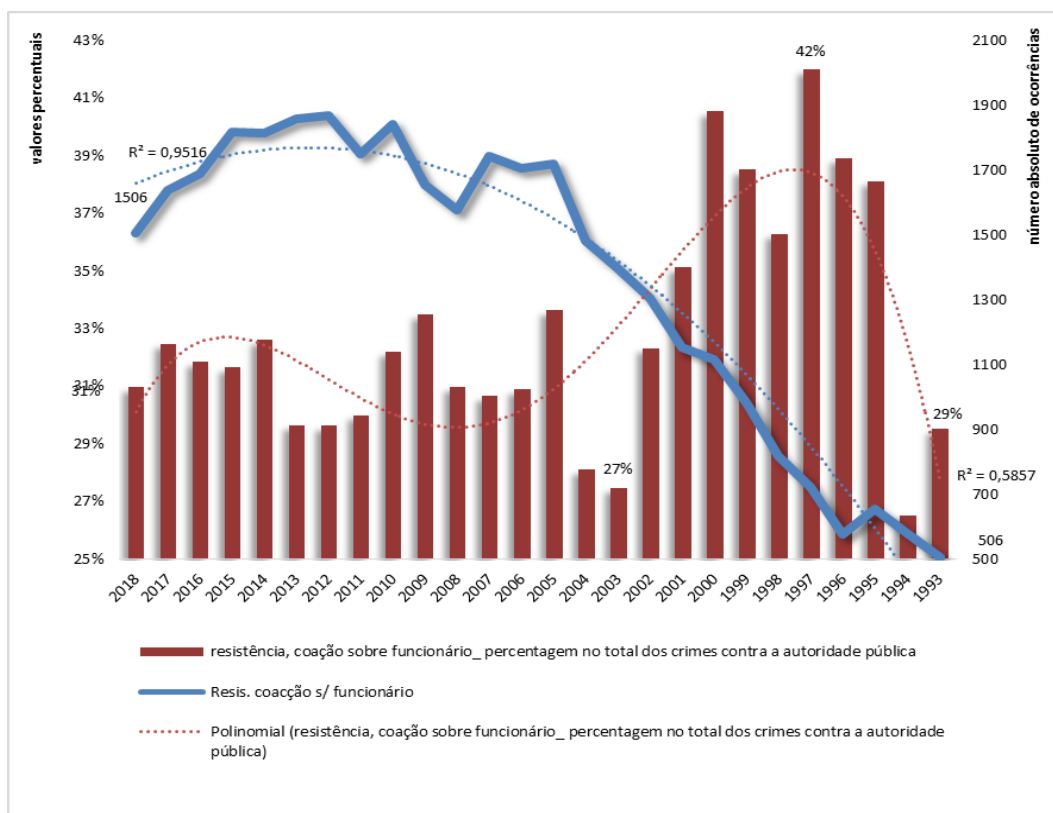


Gráfico 2 – Análise retrospectiva alargada do crime de resistência e coação sobre funcionário, em termos absolutos e percentuais: dados nacionais (1993-2018)  
Fonte: Machado, P. (2019).

No Gráfico 2 está ainda representada a proporção de crimes de RCSF no conjunto dos crimes contra a autoridade pública (observável pelas barras), acompanhada pela respetiva linha de tendência, destacando-se a sua sinuosidade ao longo deste período. Hipotetizamos que a variação observada se deve a alterações na própria tipificação deste ilícito (sofreu alterações em 2007 e 2013), nomeadamente no que respeita à interpretação dos pressupostos para a sua aplicação. Por sua vez, essas alterações são o resultado da emergência de novas realidades sociais, mais complexas, nas quais se exprimem novas condutas, razoavelmente desconhecidas, e para as quais as forças de segurança tiveram que encontrar respostas policiais ajustadas. No novo ciclo, de características descendentes em termos do volume de ocorrências, parece haver uma maior estabilização no que respeita à proporção destes crimes no conjunto dos crimes contra a autoridade pública, como já evidenciámos. Poderá esta estabilização corresponder a uma maior consolidação da resposta policial à ilicitude que lhe é diretamente dirigida?

A importância da reflexão sobre o que aqui designamos por criminalidade conexas com a RCSF, e mais genericamente com um ambiente social com crescente desregulação social (no sentido que lhe é dado por Fernandes (2009), acaba por ser justificada pela existência de correlações estatísticas muito fortes com outros crimes (não pertencentes à categoria dos crimes contra o Estado), tais como aqueles que figuram na Tabela 2.

|  | <b>RCSF</b> |
|--|-------------|
| Ameaça e coação  | ,830**      |
| Sig. (2-tailed)  | ,000        |
| N  | 26          |
| Difamação, calúnia e injúria                                 | -,628**     |
| Sig. (2-tailed)  | ,001        |
| N  | 26          |
| (CP) Contra vida em sociedade                                | ,889**      |
| Sig. (2-tailed)  | ,000        |
| N  | 26          |
| Desobediência  | ,941**      |
| Sig. (2-tailed)  | ,000        |
| N  | 26          |
| Outros contra autoridade pública                             | ,760**      |
| Sig. (2-tailed)  | ,000        |
| N  | 21          |
| TOTAL DA CRIMINALIDADE REPORTADA                             | ,637**      |
| Sig. (2-tailed)  | ,000        |
| N  | 26          |
| **. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed). |             |
| *. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).  |             |

Tabela 2 – Correlações de Pearson significativas entre o crime de RCSF e outra criminalidade: registos para o período de 1993 a 2018 (nível nacional)

Fonte: Machado, P. (2019).

Na linha de raciocínio que temos vindo a desenvolver, a relação inversa entre os crimes de difamação, calúnia e injúria pode parecer contraditória. Mas apreciamos esse facto à luz da banalização de certas condutas, adversas a uma boa sociabilidade, num quadro social de esbatimento de alguns valores e da sua importância, esbatimento nomeadamente reforçado por alguns Acórdãos que sugerem que certos comportamentos, pela sua generalização, perderam parte do seu pendor ilícito, embora possam ser censuráveis.

Ainda na busca de um conhecimento mais geral sobre a RCSF, interessa-nos proceder a uma caracterização sociodemográfica dos suspeitos deste crime de RCSF. O Gráfico 3 ilustra a existência de dois ciclos: aquele que corresponde ao aumento da proporção de jovens (entre os 16 e os 24 anos), sensivelmente até 1998; e um ciclo mais longo, de 1998 até à atualidade, em que é visível o aumento, em percentagem do total, dos suspeitos com mais de 24 anos. A proporção de adolescentes (com menos de 16 anos) foi sempre bastante irrelevante.

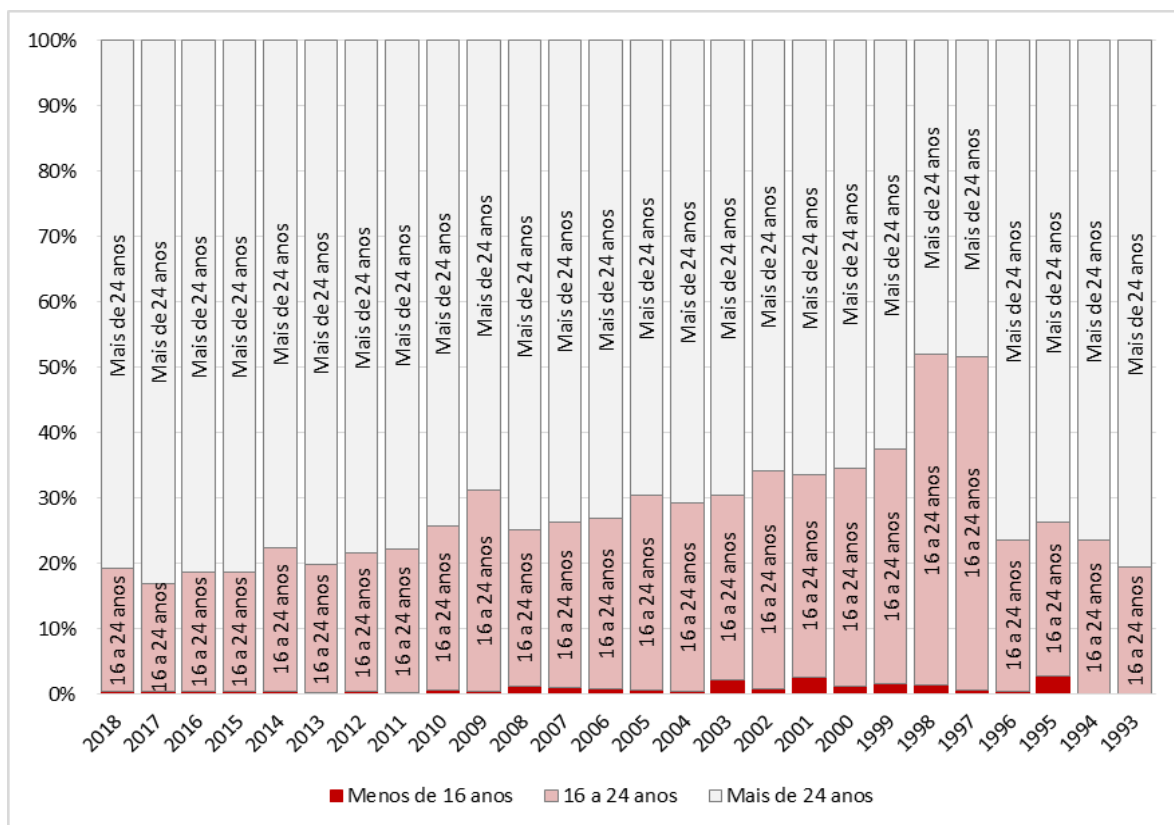


Gráfico 3 – Representação percentual dos grupos etários dos suspeitos do crime de RCSF: dados nacionais (1993-2018)

Fonte: Machado, P. (2019)

Este perfil poderia justificar-se pelo envelhecimento da população, pela transferência da contestação da autoridade, do espaço público para o espaço das redes sociais virtuais, até da relevância que a própria reincidência dos suspeitos (que vão tendo mais idade). Todavia, o

nosso entendimento vai ao encontro da ideia de que a desregulação social não é só, nem talvez principalmente, apanágio das gerações mais jovens e que, por um efeito de capilaridade geracional, atinge já hoje pessoas adultas, cada vez mais velhas.

No que respeita ao género (ver Gráfico 4), trata-se de um crime esmagadoramente masculino, ainda assim menos que o da desobediência (o mais representativo dos crimes contra a autoridade pública), embora em ambos os casos essa *ratio* venha acompanhada de uma tendência irregular decrescente, sobretudo desde 2003.

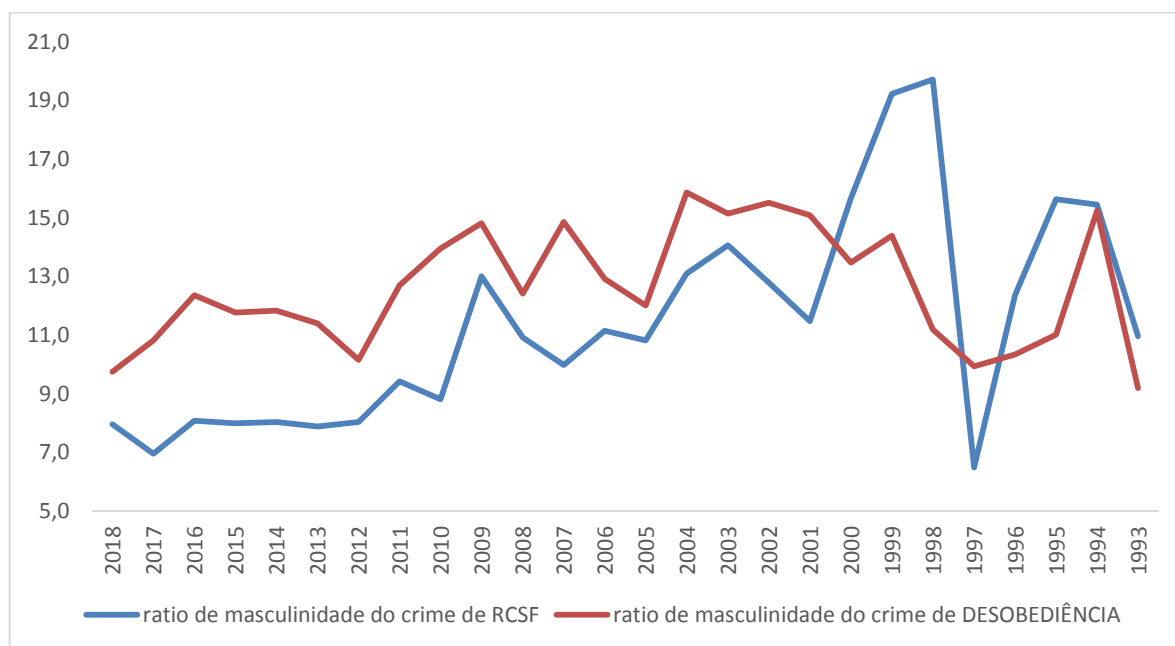


Gráfico 4 – Relação de masculinidade dos suspeitos: dados nacionais (1993-2018)

Nota: Relação de masculinidade = Homens/Mulheres

Fonte: Machado, P. (2019)

### Abordagem meso (a realidade da área de responsabilidade do Cometlis)

No âmbito da nossa análise, e suportada pela perspectiva de uma mudança social desreguladora, seria interessante explorar as possíveis diferenças regionais que a RCSF exprime, até pelo facto de algumas dessas diferenças poderem ser parcialmente explicadas pelo facto da organização policial ser diferente (a GNR maioritariamente em zonas não urbanas; PSP em zonas maioritariamente ou mesmo totalmente urbanas). Todavia, tal não cabe no escopo deste estudo.

Todavia, há que registar o facto de na Grande Lisboa (composta por 18 municípios), 5 destes continham, em 2018, 60% do total de crimes de RCSF desta região metropolitana, e só na Cidade de Lisboa reportam-se 33% do total de ocorrências tipificadas como RCSF da Grande Lisboa e 13% do conjunto nacional.

Provocando um efeito de zoom na análise, e com suporte no Sistema Estratégico de informação (SEI) da PSP onde são registadas todas as ocorrências na área da PSP, devido às limitações que um trabalho desta natureza impõe, seleccionámos as detenções pelo crime de RCSF registadas na área de responsabilidade do Cometlis ao longo do período de 2015 a 2018.

A nossa análise baseou-se, não em todas as ocorrências reportadas, mas naquelas que resultaram na detenção em flagrante delito dos suspeitos permitindo um estudo mais aprofundado com base em informação que, de outra forma, não estaria ao nosso alcance. Por outro lado, garantiu-nos estabilidade da análise uma vez que a última alteração deste artigo penal ocorreu em 2013. Para definirmos a amostra seleccionamos as Esquadras pertencentes ao Cometlis com menor e maior coeficiente de variação ao longo do período em estudo, a 74.<sup>a</sup> Esquadra (Torres Vedras) com 10 registos e a 30.<sup>a</sup> Esquadra (Estrela) com 24, respetivamente.

| 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Total no período |
|------|------|------|------|------------------|
| 436  | 399  | 374  | 351  | 1560             |

Tabela 3 - Detenções registadas na área do Cometlis ao longo do período compreendido de 2015 e 2018

Fonte: SEI da PSP

Atentando na Tabela 3, verificamos que a tendência de diminuição anual do n.º de crimes desta tipologia dos ‘crimes contra a autoridade pública’ a nível nacional (Tabela 1 – período 2013-2018), é acompanhada pela diminuição do n.º de detidos pela prática do crime de RCSF na área do Cometlis, refletindo uma diminuição na ordem dos 19,5%.

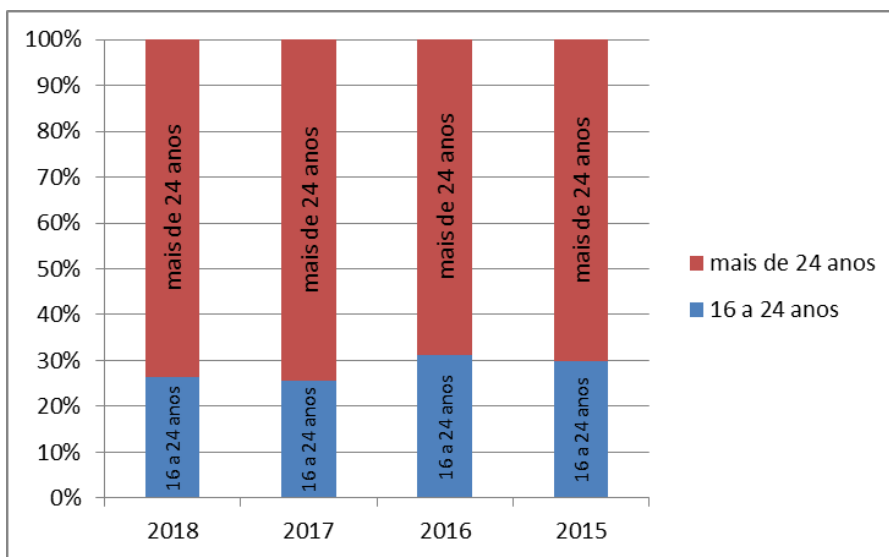


Gráfico 4 – Idade de todos os detidos pelo crime de resistência e coação na área de responsabilidade do Cometlis no período 2015 a 2018

Fonte: SEI com posterior elaboração do autor



Acompanhando a realidade nacional e embora diga respeito apenas aos suspeitos detidos (o Gráfico 3 referia-se a todos os suspeitos), a realidade do Cometlis (Gráfico 4) demonstra que apenas 26% dos detidos têm menos de 24 anos de idade.

### **Abordagem micro (a realidade da área de responsabilidade das 74.<sup>a</sup> e da 30.<sup>a</sup> Esquadra)**

A escolha destas duas Esquadras reflete a aplicação do método utilizado e já explanado anteriormente.

| Subunidades   | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Total |
|---|------|------|------|------|-------|
| CM LSB LRS-74 <sup>a</sup> Esq <sup>a</sup> - Torres Vedras | 0    | 4    | 3    | 3    | 10    |
| CM LSB 4DV-30 <sup>a</sup> Esq <sup>a</sup> - Estrela       | 13   | 6    | 4    | 1    | 24    |

Tabela 4 - Detenções registadas nas Esquadras do Cometlis com maior e menor coeficiente de variação 2015/2018

Fonte: SEI com posterior elaboração do autor

### **Breve caracterização sociodemográfica das áreas de estudo**

#### *74.<sup>a</sup> Esquadra – Torres Vedras*

A 74.<sup>a</sup> Esquadra está sediada na cidade de Torres Vedras e integra a Divisão Policial de Loures. A sua área territorial sobrepõe-se a parte da área da União de freguesias de Torres Vedras (compostas por São Pedro, Santa Maria do Castelo, Santiago e São Miguel) e da Freguesia de Matacães, as quais partilha em termos de responsabilidade de patrulhamento com a Guarda Nacional Republicana (GNR). Trata-se de uma pequena cidade integrada na área metropolitana de Lisboa mas na periferia.

#### *30.<sup>a</sup> Esquadra - Estrela*

A 30.<sup>a</sup> Esquadra – Estrela é uma das quatro Esquadras da 4.<sup>a</sup> Divisão Policial do Cometlis e a sua área territorial corresponde à área da Junta de freguesia da Estrela, embora nem sempre assim tenha sido. Trata-se de uma área bastante diversificada que integra zonas marcadamente residenciais mas também uma área de diversão noturna significativa que reflete uma mobilidade de população considerável.

Os dados da Tabela 5 são confirmatórios sobre as características distintas destes dois *spots*.

| Indicadores territoriais e sociais:                           | 74 <sup>a</sup> Esquadra | 30 <sup>a</sup> Esquadra |
|---|--------------------------|--------------------------|
| Superfície (em km <sup>2</sup> )                              | 62,4*                    | 4,6                      |
| * parte desta área é de responsabilidade partilhada com a GNR |                          |                          |
| Total população residente em 2011                             | 25717                    | 20116                    |
| Índice de envelhecimento (idosos/jovens)                      | 122%                     | 170%                     |
| % população jovem (entre 15 e 24 anos)                        | 10%                      | 9%                       |
| % população com ensino superior                               | 15%                      | 32%                      |
| Saldo natural no quinquénio 2014-2018                         | -48                      | 8                        |

Tabela 5 – Indicadores territoriais e sociais

Fonte: Machado, P. (2019)

### Em termos do crime de RCSF

A Tabela 6 evidencia uma tendência de diminuição do número de detenções ao longo dos anos. Embora no caso da 74.<sup>a</sup> Esquadra se verifique alguma estabilidade, no caso da 30.<sup>a</sup> Esquadra assistimos a uma redução significativa das detenções.

| <b>Detenções por ano (74.<sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras)</b> | <b>%</b> |
|---|----------|
| 2015  | 0        |
| 2016  | 40%      |
| 2017  | 30%      |
| 2018  | 30%      |
| <b>Detenções por ano (30.<sup>a</sup> Esquadra - Estrela)</b>       | <b>%</b> |
| 2015  | 54%      |
| 2016  | 25%      |
| 2017  | 17%      |
| 2018  | 4%       |

Tabela 6 – Percentagem das detenções por cada ano/Esquadra e total das duas subunidades pelo crime de RCSF

Fonte: SEI com posterior elaboração do autor

Estes dados acompanham a tendência de diminuição do número de detenções verificadas em toda a área do Cometlis mas também do número de crimes desta natureza registados a nível nacional ao longo dos anos em estudo. Considerando a nacionalidade dos detidos, a percentagem de detidos de nacionalidade estrangeira reflete valores próximos daqueles que se verificam em toda a área de responsabilidade do Cometlis (Tabela 7)

| <b>Detidos estrangeiros</b>               | <b>%</b> |
|---|----------|
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras | 30%      |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela       | 21%      |

Tabela 7 – Percentagem de detidos estrangeiros nas áreas da 30.<sup>a</sup> e 74.<sup>a</sup> Esquadras

Fonte: SEI com posterior elaboração do autor

Quanto ao motivo das detenções, dividimos em duas categorias: intervenção policial no âmbito de uma ação coletiva e intervenção policial no âmbito da proatividade policial (conceitos definidos na tabela de metadados – Anexo 1). Aproximadamente 90% (88,24%) das detenções ocorreram no seguimento de intervenções policiais no âmbito da proatividade policial (Tabela 9). Será este um indicador da falta de reconhecimento da legitimidade policial para repor a normalidade, sempre que esta é violada? Esta realidade é ainda mais visível nas detenções efetuadas na área da 30.<sup>a</sup> Esquadra, onde mais de 95% ocorreram neste âmbito.

| <b>Detenções no decurso ação coletiva</b> | <b>%</b> |
|---|----------|
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras | 30%      |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela       | 4%       |

Tabela 8 – Percentagem de detenções no decurso de ações coletivas nas áreas da 30.<sup>a</sup> e 74.<sup>a</sup> Esquadras

Fonte: SEI com posterior elaboração do autor

| <b>Detenções no decurso proatividade policial</b> | <b>%</b> |
|---|----------|
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras         | 70%      |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela               | 96%      |

Tabela 9 – Percentagem de detenções efetuadas no âmbito da proatividade policial nas áreas da 30.<sup>a</sup> e 74.<sup>a</sup> Esquadras

Fonte: SEI com posterior elaboração do autor

A reação à atuação policial neste tipo de crime pode variar de acordo com o número de polícias envolvidos (ver Tabela 10).

| <b>Detenções envolvendo apenas 1 polícia (agente detentor)</b> | <b>%</b>  |
|--|-----------|
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras                      | 0%        |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela                            | 16,60%    |
|  |           |
| <b>Detenções envolvendo 2 polícias</b>                         | <b>%2</b> |
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras                      | 50%       |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela                            | 58,30%    |
|  |           |
| <b>Detenções envolvendo 3 polícias</b>                         | <b>%3</b> |
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras                      | 40%       |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela                            | 12,50%    |
|  |           |
| <b>Detenções envolvendo mais 3 polícias</b>                    | <b>%4</b> |
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras                      | 10%       |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela                            | 12,50%    |

Tabela 10 – Percentagem de Detenções tendo em conta o número de polícias envolvidos

Fonte: SEI com posterior elaboração do autor

A maioria das detenções ocorre quando estão envolvidos 2 polícias (cerca de metade das detenções). Podem formular-se várias hipóteses (não excludentes entre si):

- (i) Os polícias não intervêm isoladamente ou, fazem-no apenas quando estritamente necessário devido ao risco que uma intervenção isolada representa;

(ii) O patrulhamento auto (constituído por dois polícias) que é o responsável por 26% do total das detenções efetuadas é a principal resposta policial, estando permanentemente à disposição dos Centros de Comando e Controlo e é composto por dois polícias;

(iii) Uma intervenção policial mais musculada poderá gerar maior reação, embora esta não se confirme com os valores das categorias com mais polícias envolvidos.

As particularidades dos intervenientes (polícias e detidos), como a idade, podem influenciar o desfecho das ocorrências policiais. Os dados recolhidos e analisados permitem-nos verificar que a média da idade dos detidos é de 30,6 anos de idade, sendo que os detidos na 30.<sup>a</sup> Esquadra apresentam uma média de idade ligeiramente superior à média de idade dos detidos na 74.<sup>a</sup> Esquadra (Tabela 11). Quanto aos polícias responsáveis pelas detenções verifica-se que a média de idade, na 30.<sup>a</sup> Esquadra, é dez anos mais baixa que na 74.<sup>a</sup> esquadra, refletindo-se na média de tempo de serviço dos polícias que, na 30.<sup>a</sup> Esquadra, é metade da dos da 74.<sup>a</sup> Esquadra. Poderá questionar-se se os polícias mais velhos e com mais tempo de serviço gerirão melhor a conflitualidade resultante da sua intervenção em serviço?

| <b>Idade dos detidos (média)</b>  | <b>Anos</b> |
|---|-------------|
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras                               | 28.1        |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela                                     | 33.2        |
|   |             |
| <b>Idade do polícia responsável pela detenção (média)</b>               | <b>Anos</b> |
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras                               | 43.9        |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela                                     | 33.6        |
|   |             |
| <b>Tempo de serviço dos polícias responsáveis pela detenção (média)</b> | <b>Anos</b> |
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras                               | 20.2        |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela                                     | 10.2        |

Tabela 11 – Média de idade e de tempo de serviço dos polícias responsáveis pelas detenções à data das mesmas

Fonte: SEI com posterior elaboração do autor

Por último, uma referência ao *modus operandi* (MO) utilizado pelos suspeitos na prática do crime. Os dados recolhidos (Tabela 12) demonstram uma divisão proporcional entre as ameaças e as Ofensas à integridade física sem arma. No entanto, na 74.<sup>a</sup> Esquadra destaca-se o recurso às ameaças enquanto na área da 30.<sup>a</sup> Esquadra, ofensas à integridade física

apresentam um ligeiro ascendente (cerca de 58% dos casos) o que pressupõe um maior grau de violência na reação à intervenção policial.

| <b>Detenções RCSF (MO ameaças)</b>                   | <b>%</b> |
|--|----------|
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras            | 70%      |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela                  | 41,70%   |
|  |          |
| <b>Detenções RCSF (MO Ofensa integridade física)</b> | <b>%</b> |
| 74. <sup>a</sup> Esquadra - Torres Vedras            | 30%      |
| 30. <sup>a</sup> Esquadra - Estrela                  | 58,40%   |
|  |          |

Tabela 12 – MO utilizado pelos suspeitos para a prática do crime de RCSF

Fonte: SEI com posterior elaboração do autor

### **Análise qualitativa**

Concluída a abordagem quantitativa, vejamos agora a análise qualitativa dos autos selecionados, de acordo com os pressupostos descritos em capítulo próprio. Esta abordagem, em complemento à anterior, permitir-nos-á uma compreensão mais alargada.

### **Caraterização do detido**

Em termos de idade verifica-se uma certa homogeneidade. Os detidos apresentam idades próximas e maioritariamente acima dos 24 anos de idade, confirmando os dados recolhidos na análise quantitativa, tanto a nível nacional como a nível do Cometlis (gráficos 3 e 4 embora o primeiro se refira a **suspeitos** e o segundo a **detidos**). Em termos de capital social, evidencia-se um baixo nível de formação. Por outro lado, nas ocorrências registadas na 74.<sup>a</sup> Esquadra o detido atuou sozinho ou com outro interveniente sem qualquer ingerência. Por sua vez, nas ocorrências registadas na 30.<sup>a</sup> Esquadra há uma intervenção em grupo. Tal pode indiciar que estes grupos se regem por regras e valores próprios, encarados como normais naquele contexto (grandes cidades/locais de diversão), mas rotulados de desviantes pela sociedade em geral. Por isso, reagem à intervenção policial (controlo formal), não reconhecendo a autoridade que lhes está associada, entendendo-a como uma ingerência. Daqui parece emergir a falência das instituições de controlo informal, a que nos referimos na fundamentação teórica deste trabalho, e a criação de grupos associados a locais como as grandes cidades, onde o controlo é manifestamente inferior, originando a desregulação social.

## **Caraterização da ocorrência**

### *Local/data/hora*

As ocorrências registadas na 74.<sup>a</sup> Esquadra surgiram na sequência de acontecimentos em zonas residenciais e durante a semana. Contrariamente, as registadas na 30.<sup>a</sup> Esquadra verificaram-se ao fim de semana e em zonas de diversão noturna. Trata-se de locais com grande afluência durante as noites de fim-de-semana, destinadas ao divertimento e onde o consumo de álcool e drogas é elevado, facto que potencia a violação das regras de vivência em sociedade.

### *Descrição e enquadramento legal dos factos*

Em termos de enquadramento geral, de acordo com o manual da DG PJ, as ocorrências registadas na 74.<sup>a</sup> Esquadra foram inseridas no capítulo dos crimes contra a autoridade pública, enquanto as registadas na 30.<sup>a</sup> Esquadra foram enquadradas além desta, na categoria dos Crimes contra a honra e contra a liberdade pessoal e a outra além das duas primeiras categorias, também na categoria dos crimes contra integridade física. Tal pode evidenciar uma perceção diferente das ocorrências por parte dos polícias envolvidos e que pode estar associada à realidade onde estão inseridos (repare-se que o enquadramento em diferentes categorias criminais ocorre apenas nos autos registados na 30.<sup>a</sup> Esquadra).

Quanto ao MO utilizado em duas das situações é enquadrado nas ameaças enquanto nas outras duas nas ofensas à integridade física, consolidando os valores da análise quantitativa.

### *Descrição dos factos e enquadramento nos termos do art.º 347.º do CP*

A descrição dos factos é rica (exceção feita ao auto n.º 3 em que se resume à agressão) o que nos permitiu fazer o seu enquadramento na tipologia criminal, correlacionando essa descrição com os pressupostos de verificação do crime.

Da análise do conteúdo de cada um dos autos, ressalta a utilização comum de expressões depreciativas que, tal como as injúrias, se apresentam como tentativa de achincalhamento (do sujeito policial) e da autoridade (instituição). A banalização dos insultos pode degenerar em inimputabilidade, como demonstra o arquivamento por parte do Ministério Público de um processo em que estavam em causa insultos desta natureza dirigidos ao polícia (JN de 26/6/2019, p.14). Estas decisões refletem o enfraquecimento das instituições e regras sociais, mesmo as de cariz formal, como os Tribunais, confirmando o abordado no enquadramento teórico deste trabalho. No entanto, estas expressões não são elemento estruturante do crime em causa.

Auto 1  
*"Estás fudido comigo; isto não fica assim"*

Auto 2  
*"Tu não me conheces, os meus pais vão saber disto e vão-te fuder a vida cabrão" (...) "Tu nunca mais na vida vais ser polícia, vais pagar por o que me estás a fazer"*  
*"Vocês estão fudidos (...) estes gajos estão a abusar da autoridade"*  
*"Filmem isto que está a acontecer (...) os meus pais vão-vos foder a vida"*

Auto 4  
*"Se andassem atrás dos bandidos e deixassem o meu filho em paz (...) só fazem merda a quem não devem; Cabrões de merda;*

Ilustração 1: expressões recolhidas dos autos através da análise de conteúdo

Fonte: elaborado pelo autor

A ameaça (ameaça grave) é elemento estruturante deste crime. A sua verificação, ou a das ofensas à integridade física, é essencial para a consumação do crime. A utilização de expressões como as constantes acima consubstanciam uma ameaça.

Esta ameaça tem que comportar na sua essência um mal importante, conceito indeterminado que, todavia, tem que ser adequado a constranger o ameaçado a comportar-se de acordo com a exigência do agente do crime. Será que uma ameaça fundamentada na ideia de que um poder de influência social que se pode sobrepor à legitimidade da ação policial pode ser suficiente para constranger o funcionário na sua atuação? Da mesma forma, será que a ameaça da recolha e divulgação de imagens da ocorrência que pode conduzir a um julgamento público e consequentemente prejudicial para a ação policial terá essa aptidão? Entendemos que ambas cumprem esse desígnio, representando um meio intimidatório apto a constranger a ação policial, configurando assim um dos pressupostos do crime, a ameaça grave.

Estas expressões, além de socialmente reprováveis, pressupõem também o entendimento de uma intromissão (ilegítima) nas suas regras, ainda que estas sejam violadoras da normalidade social. Além disso, se num primeiro momento, estamos perante uma desregulação social que têm subjacente práticas contrárias às normas sociais (em todos os autos analisados, o crime de resistência e coação de funcionário é precedido de outro crime), num segundo momento representam uma prática que põem em crise o sistema de controlo formal.

A atuação em grupo ou isolada não é um dos pressupostos do crime, porém ajuda à sua caracterização. Se nas ocorrências da 74.<sup>a</sup> Esquadra a ameaça emerge de um suspeito isolado, nos casos da 30.<sup>a</sup> Esquadra estamos perante uma atuação de grupos que expressam um desajustamento com o comportamento preconizado pela sociedade, contrariando o que existe socialmente, sejam tradições ou instituições (Pais, 2003). Quando os laços sociais, as tradições

e as instituições enfraquecem, contribuem para uma maior desorganização e desajuste face as normas e valores sociais vigentes, emergindo a desregulação social como cenário.

Auto 3  
 “Agrediu com uma bofetada”  
 Auto 4  
 “Deu vários encontrões ao polícia no sentido de o afastar e chegar ao seu filho (também detido) para o tentar libertar da intervenção policial”

Ilustração 2: expressões extraídas dos autos através da análise de conteúdo

Fonte: elaborado pelo autor

A violência prevista no normativo legal inclui violência psíquica e física (ofensa à integridade física), sendo que ambas são mencionadas como modalidades da violência. Para a consumação do crime a ação violenta tem que ser idónea para impedir o funcionário de concretizar a sua atividade. As agressões descritas não asseguram este desiderato. O Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 9/05/2017 ostenta que “ “lutou” e “esbracejou”, (...) não estando concretizada qualquer conduta que seja idónea a intimidar, dificultar ou impedir de forma significativa a capacidade de atuação dos agentes policiais na situação em causa.” Não basta a ofensa à integridade física, esta tem que ser idónea para impedir que o funcionário seja impedido de cumprir a sua missão. Não obstante, qualquer violência contra um agente da autoridade representa sempre um sintoma de desregulação social e dos valores sociais instituídos.

## Conclusão

Da incursão realizada parece legítimo concluir que o crime de RCSF deriva da reação à intervenção policial e é um prenúncio de desregulação social. O aparente enfraquecimento ou a falência dos sistemas de regras e normas de organização e controlo da ordem social contribui para a desregulação social e potencia o sentimento de impunidade. As sociedades mudaram e “os modos de vida atuais estruturam-se em torno de um ideal de ordem social que se afasta de todos os tradicionais e conhecidos até à data” (Carvalho, 2010, p.96). O surgimento de novas formas de resistência à atuação policial, como por exemplo a divulgação de imagens de ocorrências policiais através das redes sociais, além de menos lesivas para os que “resistem”, produzem efeitos muito mais devastadores na capacidade das FS.

Os pressupostos que alicerçam o crime de RCSF são conceitos indeterminados, sujeitos a interpretações variadas e ficam muitas vezes reféns da escassez de factos nos autos que



permitam um enquadramento legal correto da ocorrência. Importa pois, no sentido de encontrar tendências semelhantes, clarificar quais são as práticas ilícitas conexas e qual a evolução que registaram.

Esta abordagem exploratória pode ainda servir de ponto de partida para um trabalho mais profundo sobre a atuação policial, a sua autoridade e a legitimidade da intervenção. O seu alargamento, por exemplo, a todas as detenções efetuadas na área do Cometlis ajudaria a densificar os indicadores que baseiam a aplicação deste normativo legal, podendo servir de base para a formação dos polícias que prestam serviço nas áreas onde este ilícito é mais comum ou mesmo servir de base à distribuição de meios de dissuasão para a prática dos crimes contra a autoridade (ex. bodycam).

Outra análise necessária passaria por conhecer quais os diferentes tipos de condutas que poderão gerar uma situação de resistência e coação sobre funcionário, ou seja, através dessa análise poder-se-ia elaborar um manual de boas práticas para um dos crimes que consideramos ser dos mais penosos para os membros das FS.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Burns, T. R., Flam, H. (2000). *Sistemas de regras sociais – teorias e aplicações*. Oeiras: Celta editora
- Carvalho, M. J. L. (2003). *Entre as Malhas do Desvio – Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquência*, Oeiras: Celta Editora.
- Carvalho, M. J. L. (2012). *ALICERCES – Delinquência de crianças e jovens: uma questão de olhar(es)*. Lisboa: Edições Colibri / Instituto Politécnico de Lisboa, pp. 23-35
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina
- Fernandes, A. T. (2006). *Monotonia democrática e diluição das regulações sociais*. Porto: Edições Afrontamento
- Giddens, A. (2001). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 5ª Edição
- Giddens, T. (1984). *The constitution of society*, Cambridge. Polity press
- Given, L. (2008). *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods*. Australia: SAGE Publications.
- Gonçalves, G. R. (2012). Ensaio bibliográfico “Polícia, ordem pública e ‘novas’ formas de vigilância: as dinâmicas e os dilemas da segurança”. *Análise Social*, 204, XLVII (3.º), pp. 713-723.
- Guerra, I. (2008). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia
- Machado, P. (2019). *Subsídios para o estudo da criminalidade contemporânea contra a autoridade pública*. ISCPSI, Lisboa (em publicação)
- Monteiro, C. L. (1999). *Comentário Conimbricense do Código Penal- Tomo III*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pais, J. M. (2003); *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda;
- Paranhos, R., et al. (2016). Uma introdução aos métodos mistos. *Porto Alegre: Sociologias*, ano 18, no 42, mai/ago 2016, p. 384-411

Pires, R. P. (2000). “Inter-relação complexa entre regras e ação”. *Sistemas e regras sociais*. Oeiras: Celta Editora

Sarmiento, M. (2013). Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses. Lisboa: Universidade Lusíada Editora Coleção Manuais.

Serrano, G. (1998). Investigación qualitativa - retos e interrogantes. Madrid: Editorial La Muralla.

Teddlie, C., Tashakkori, A. (2008). Foundations of Mixed Methods Research: Integrating Quantitative and Qualitative Approaches in the Social and Behavioral Sciences, SAGE,

Weber, M. (2005), Três tipos de poder e outros escritos, Lisboa: Tribuna.

Weber, M. (2007). Ciência e Política duas vocações (14º ed.). (L. Hegenberg, & O. Silveira da Mota, Trans.) Berlim: Dunker & Humblot.

#### Teses, Dissertações e Trabalhos de Projeto

Carvalho, M. J. L. (2010). Do outro lado da cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em bairros de realojamento - Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Esteves, G. T. (2018). Contributos para um modelo integrado de impacto sócio urbano e policial dos grandes eventos desportivos. Monografia de licenciatura, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Ferreira, P. M. (1999). Infração e censura — representações e percursos da sociologia do desvio – Análise social. vol. XXXIV. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 635-667

Pinto, C. C. G. (2011). Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Universidade Técnica de Lisboa

Silva, J. M. V. (2011). A relação trabalho-família: um estudo sobre o divórcio na PSP. Monografia de licenciatura, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Storino, C. C. (2016). Controlo social e responsabilidade em jovens em conflito com a Lei Um estudo etnográfico num Centro Educativo. Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia - Especialidade de Sociologia da cultura, da comunicação e dos estilos de vida, Lisboa: Universidade de Lisboa

Regulamento para o serviço de esquadra, posto e subposto da PSP, 1961,

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 21/04/2004 [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 24 de junho 2019

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 17/04/2013 [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 24 de junho 2019

Acórdão do Tribunal da Relação de lisboa de 09/05/2017 [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) consultado em 24 de junho 2019

## ANEXOS

Anexo 1 – Pedido acesso dados SEI

Anexo 2 - Tabela de Metadados

Anexo 3 - Tabela de análise de conteúdo

Anexo 4 - Tabela de análise quantitativa dos autos de detenção das 74.<sup>a</sup> e 30.<sup>a</sup> Esquadra do Cometlis no período de 2015 a 2018.

Anexo 5 – Declaração de autorização de utilização de dados e representações gráficas

## Anexos

## Anexo 1

## POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIRECÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos  
Humanos  
(Departamento de Formação)  
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1  
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 102/SECDE/2019

Classificador: 080.01.01

Processo: SECDE201800001CCD

Data: 2019-03-25

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO INDIVIDUAL FINAL DO 3.º CURSO DE COMANDO E DIRECÇÃO POLICIAL

Atenção:  
27.03.19  
J

O Curso de Comando e Direcção Policial (CCDP) compreende a elaboração de um Trabalho Individual Final (TIF) que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema relevante para a segurança interna;

1. O Comissário Nelson Santos Ribeiro, n.º 144478, pretende estudar a evolução dos crimes de resistência e coacção sob funcionário no Comando Metropolitano de Lisboa, nos anos de 2015, 2016, 2017 e 2018;
  - a. Neste sentido, solicita a V.Exa que lhe seja concedida autorização para ter acesso à seguinte estatística da PSP: n.º de detidos, por divisão e por n.º de polícias envolvidos;
  - b. Solicita igualmente permissão para aceder e analisar o expediente relativo a este tipo de crime, para verificar se estão mais associados a ocorrências com carros patrulha ou com Equipas de Intervenção Rápida;
2. Mais se informa V. Exa. que o Comissário se compromete a respeitar a confidencialidade e o anonimato dos dados obtidos, bem como a não usar os mesmos fora do âmbito deste trabalho académico.

O Diretor, em substituição

Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras  
Superintendente



R. 1º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |  
iscpsi@psp.pt

147458  
Página 1/2

## Anexo 2

| Metadados                              |  |
|--|--|
| Ameaça                                 | Entende-se por ameaça a conduta através da qual o agente tenha provocado medo ou inquietação, isto é, que tenha ficado afetada a liberdade de determinação do ameaçado, bastando que a ameaça seja suscetível de a afetar.   |
| Ofensa à integridade física sem arma   | A ofensa à integridade física sem arma compreende apenas a exigência de existência de uma ofensa no corpo, sendo que para tal é suficiente a ação que prejudique o bem-estar físico da vítima, até independentemente de provocar ou não dor (ex. empurrão)   |
| Ofensa à integridade física com arma   | A ofensa à integridade física com arma compreende a ação através da qual o agente disfare uma ofensa no corpo, sendo que para tal é suficiente a ação que prejudique o bem-estar físico da vítima, até independentemente de provocar ou não dor (ex. empurrão), usando para o efeito uma arma, independentemente da sua natureza   |
| Não identificável                      |  |
| Patrulhamento apeado                   | Patrulha “a forma mais elementar e primária de executar o compromisso público de garantia da segurança a que a Polícia se propôs” (Russo 2008). Atividade de policiamento enquadrada, baseada em patrulhas regulares a pé e efetuada por agentes orientados para vigiar e agir em espaços públicos.  |
| Patrulhamento auto                     | Atividade de policiamento enquadrada, baseada em patrulhas regulares em meio auto e efetuada por agentes orientados para vigiar e agir em espaços públicos. O patrulhamento auto é realizado com recurso a uma viatura caracterizada, designada por carro-patrulha, sendo a sua tripulação constituída habitualmente por dois Agentes: um motorista (responsável pela viatura, e sua manutenção) e o arvorado (responsável pelas diligências policiais) (Silva, 2011)  |
| Serviço remunerado                     | Serviços especiais prestados a entidades públicas ou privadas, mediante requisição e pagamento por parte destas, executados por pessoal com funções policiais, nas suas horas de folga e com a missão de fazer cumprir a lei e manter a segurança e ordem pública nos locais onde são prestados" (definição constante na Norma de Execução Permanente AUOOS/DO/01/03 de 23 de dezembro de 2016 da Direção Nacional da PSP)   |
| Proatividade policial                  | Compreende o conjunto de ações desenvolvidas pelas forças e serviços de segurança com vista a evitar a ocorrência de factos contra a vida e a integridade física das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, este caso aferida, de acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) com base em 12 tipos de crimes de onde se destacam os crimes de condução sob o efeito de álcool, condução sem habilitação legal, tráfico de estupefacientes, desobediência, resistência e coação sob funcionário, detenção e tráfico de armas, crimes de auxílio à imigração ilegal, entre outros.   |
| Ação coletiva                          | Entende-se como ação coletiva um ato em que participam varias pessoas, que manifestam um interesse comum, como por exemplo os adeptos de um clube quando participam num evento desse clube   |
| Resistência e coação sobre funcionário | <p>Artigo 347.º</p> <p>Resistência e coação sobre funcionário</p> <p>1 - Quem empregar violência, incluindo ameaça grave ou ofensa à integridade física, contra funcionário ou membro das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança, para se opor a que ele pratique ato relativo ao exercício das suas funções, ou para o constranger a que pratique ato relativo ao exercício das suas funções, mas contrário aos seus deveres, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.</p> <p>Conduta tipificada pelo art.º 347.º do Código Penal como crime contra o Estado de Direito e cuja incriminação pretende proteger o valor da autoridade pública, quando esta age a coberto da lei e sem extravasar as suas competências. De acordo com o Acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 08-05-2018, consultado em <a href="http://www.dgsi.pt">www.dgsi.pt</a>, a prática de tal crime pressupõe a verificação dos seguintes requisitos: (i) a oposição a que funcionários, membros das Forças Armadas, militarizadas ou de segurança, pratiquem ou continuem a praticar ato legítimo compreendido nas suas funções, ou constrangimento a que pratiquem ato relacionado com as suas funções mas contrário aos seus deveres; (ii) que essa oposição ou constrangimento sejam operados através de violência (física ou moral) ou ameaça grave; (iii) que o agente saiba que está perante um funcionário, membro das forças armadas, militarizadas ou de segurança; (iv) que tenha conhecimento de que a oposição e ou o constrangimento, através da violência ou ameaça, o impeçam de praticar o ato relacionado com as suas funções ou de prosseguir-lo.</p> |



### Anexo 3

| Análise do conteúdo          |   |   |  |  |   |
|------------------------------|---|---|--|--|---|
|                              |   | Auto 4 (74.ª Esquadra)  | Auto 15 (30.ª Esquadra)  | Auto 1 (74.ª Esquadra)<br>(fem)  | Auto 6 (30.ª Esquadra)<br>(fem)   |
| Detido                       | Idade                                   | 39 anos   | 21 anos  | 27 anos  | 58 anos   |
|                              | Naturalidade                            | Portugal  | Carcavelos/Cascais/Lisboa  | Cabo verde   | Portuguesa  |
|                              | Nacionalidade                           | Portuguesa  | Portuguesa   | Cabo verde   | Portuguesa  |
|                              | Profissão                               | Gestor  | Rececionista   | Desempregado   | Copeiro   |
|                              | Atuação isolada ou com outros suspeitos | Isolada   | Com outros suspeitos (entre eles o outro detido)   | Com outra pessoa sem intervenção   | Com outros suspeitos, detidos   |
|                              | Estado civil                            | s/ info   | Solteiro   | Solteiro   | Casado  |
| Outros detidos               |   | --  | 1  | --   | 2   |
| Polícia detentor             | Idade                                   | 39 anos   | 30 anos  | 55 anos  | 27 anos   |
|                              | Naturalidade                            |   |  |  |   |
|                              | Tempo de serviço                        | 18 anos   | 4 anos   | 31 anos  | 4 anos  |
| Caracterização da ocorrência | Dia da semana                           | segunda-feira (24/10/16)  | Domingo (28/08/16)   | Quarta-feira (01/06/16)  | Sábado (04/04/15)   |
|                              | Hora                                    | 3H45  | 3H15   | 23H45  | 19H55   |
|                              | Abordagem/sequência de outro crime      | Sequência de acidente de viação   | Grupo de suspeitos abordado por posse/consume estupefacientes  | Sequência de agressões entre casal   | Detenção de outro suspeito (filho) por condução sob efeito álcool   |
|                              | Número de pessoas na via pública        | Apenas a testemunha   | Testemunha policial<br>2.º detido<br>Grupo de indivíduos   | Testemunha policial<br>3 testemunhas não policiais   | Testemunha policial, os outros detidos e familiares   |
|                              | Enquadramento                           | Crimes contra a autoridade pública  | Crimes contra a autoridade pública<br>Crimes contra a honra<br>Crimes contra a liberdade pessoal   | Crimes contra a autoridade pública   | Crimes contra a autoridade pública<br>Crimes contra a honra<br>Crimes contra integridade física   |
|                              | Descrição dos factos                    | Os polícias verificam o suspeito no interior do seu veículo, com a porta do mesmo aberta aparentemente após acidente em que embateu com a sua viatura numa outra estacionada;<br>Aparentemente alcoolizado;<br>Recusou a identificação depois de lhe ser solicitada;<br>Dirigiu-se ao polícia proferindo palavras | Abordagem de grupo de suspeitos de posse e consumo de estupefacientes<br>Face à situação, informaram os suspeitos que iriam ser revistados<br>Suspeito detido com tom ameaçador e comportamento pouco colaborante<br>“tu não me conheces, os meus pais vão saber disto e vão-te fuder a vida cabrão” | Detida exaltada e ao ser acalmada pelo polícia, agrediu com uma bofetada no rosto;<br><br>Da agressão não recebeu qualquer assistência médica;<br>Detida foi algemada na | Detida juntamente com outros familiares invadem esquadra para tentar a libertação do detido por condução sob o efeito do álcool;<br>No decurso da tentativa de invasão à esquadra, a detida expressou: se andassem a trás dos bandidos e deixassem o meu filho em paz, era o que devia ser; só fazem merda a quem não devem; Cabrões de |

|                        |   |   |  |   |   |
|------------------------|---|---|--|---|---|
|                        |   | <p>injuriosas: “vai para o caralho; vai-te foder; palhaço de merda”</p> <p>“Estás fudido comigo; isto não fica assim”</p> <p>Resistiu à algemagem depois de lhe ter sido dada voz de detenção;</p> <p>Detido bastante exaltado e por isso colocado nas zonas de detenção;</p> <p>Detido Auto mutilou-se durante a permanência na esquadra</p> | <p>“Tu nunca mais na vida vais ser polícia, vais pagar por o que me estás a fazer, cabrão”</p> <p>Foi alertado para a conduta e que iria incorrer no crime de ameaça e injúria a agente de autoridade</p> <p>Mantendo o comportamento, foi detido. O mesmo continuou com a mesma conduta</p> <p>“Vocês estão fudidos cabrões de merda”</p> <p>“isto é uma vergonha, estes gajos estão a abusar da autoridade, estão a bater-me”</p> <p>Filmem isto que está a acontecer”</p> <p>“os meus pais vão-vos foder a vida”</p> <p>Resistiu à detenção</p> <p>Na posse do detido foi encontrado estupefaciente</p> <p>Manteve postura de confronto no interior das instalações policiais</p> | sequência da voz de detenção                | <p>merda;</p> <p>Detida deu vários encontrões ao polícia no sentido de o afastar e chegar ao seu filho (também detido) para o tentar libertar da intervenção policial;</p> <p>Detida agrediu também a testemunha policial, tendo este necessidade de receber tratamento médico;</p> <p>Detida aquando da invasão da esquadra, levava ao colo uma criança de forma a inibir a intervenção policial</p> |
| Caraterização do local | Tipo de local (local de passagem ou local de concentração de pessoas) | Via pública – arruamento (Zona residencial)<br>Interior da esquadra   | Via pública – largo (Zona diversão)<br>Interior da esquadra  | Via pública - arruamento (Zona residencial) | Interior da esquadra  |
| Enquadramento legal    | Verificação dos pressupostos do crime                                 | Ameaça  | Ameaça   | Ofensa integridade física                   | Ofensa integridade física   |
|                        | Concurso de crimes (prática de outros crimes associados)              | Eventual condução sob efeito de álcool  | Posse/consumo de estupefacientes   | VD  | Sem outros ilícitos   |

## Anexo 4

## ANEXO 4

| AUTO | Ano da Detenção | DETIDO |       |               | POLICIA DETENTOR |                  |                        | TIPOLOGIA |            |            | Caracterização da Actuação Policial |                          |                       | Outros Policias Envolvidos |   |           | Obs.                       |
|------|-----------------|--------|-------|---------------|------------------|------------------|------------------------|-----------|------------|------------|-------------------------------------|--------------------------|-----------------------|----------------------------|---|-----------|----------------------------|
|      |                 | Género | Idade | Nacionalidade | Idade            | Tempo de Serviço | Serviço                | Ameaça    | OIF S/Arma | OIF C/Arma | Não Identificável                   | Decurso de Ação coletiva | Proatividade Policial | 1                          | 2 | 3 ou mais |                            |
| 1    | 2016            | F      | 27    | cabo verde    | 55               | 31               | Patrulhamento Apeado   |           | X          |            |                                     | X                        |                       | X                          |   |           | Ocorrência de desordem     |
| 2    | 2016            | M      | 19    | portuguesa    | 37               | 14               | Patrulhamento Auto     | X         |            |            |                                     | X                        |                       |                            |   | X         | Ocorrência de desordem     |
| 3    | 2016            | M      | 21    | brasileiro    | 37               | 13               | Serviço Administrativo | X         |            |            |                                     |                          | X                     |                            | X |           | Ocorrência na esquadra     |
| 4    | 2016            | M      | 38    | portuguesa    | 39               | 18               | Patrulhamento Auto     | X         |            |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 5    | 2017            | M      | 23    | portuguesa    | 42               | 19               | Investigação Criminal  |           | X          |            |                                     | X                        |                       |                            | X |           | Remunerado                 |
| 6    | 2017            | M      | 44    | moldava       | 44               | 19               | Serviço Administrativo | X         |            |            |                                     |                          | X                     |                            | X |           | VD                         |
| 7    | 2017            | M      | 43    | portuguesa    | 54               | 27               | Investigação Acidentes | X         |            |            |                                     |                          | X                     |                            | X |           | Ocorrência de desordem     |
| 8    | 2018            | M      | 27    | portuguesa    | 41               | 19               | Trânsito Patrulha      | X         |            |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           | Ocorrência de desordem     |
| 9    | 2018            | M      | 18    | portuguesa    | 41               | 20               | Patrulhamento Auto     | X         |            |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           | Ocorrência de desordem     |
| 10   | 2018            | F      | 21    | portuguesa    | 49               | 22               | Investigação Criminal  |           | X          |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           | Ocorrência na esquadra     |
|      |                 |        |       |               |                  |                  |                        |           |            |            |                                     |                          |                       |                            |   |           |                            |
| 1    | 2015            | M      | 24    | portuguesa    | 26               | 8                | Comando                |           | X          |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           | Ocorrência estabelecimento |
| 2    | 2015            | M      | 43    | portuguesa    | 28               | 6                | E.I.R.                 |           | X          |            |                                     |                          | X                     |                            |   |           | Remunerado                 |
| 3    | 2015            | M      | 56    | portuguesa    | 48               | 21               | E.I.R.                 | X         |            |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 4    | 2015            | M      | 58    | portuguesa    | 27               | 4                | E.I.R.                 |           | X          |            |                                     |                          | X                     |                            | X |           | Ocorrência de desordem     |
| 5    | 2015            | M      | 19    | portuguesa    | 33               | 8                | E.I.R.                 | X         |            |            |                                     | X                        |                       | X                          |   |           | Ocorrência na esquadra     |
| 6    | 2015            | F      | 58    | guiné bissau  | 27               | 4                | Patrulhamento Apeado   |           | X          |            |                                     |                          | X                     |                            |   | X         | Ocorrência na esquadra     |
|      |                 | M      | 40    | portuguesa    |                  |                  |                        |           | X          |            |                                     |                          | X                     |                            |   |           |                            |
|      |                 | F      | 31    | guiné bissau  |                  |                  |                        |           | X          |            |                                     |                          | X                     |                            |   |           |                            |
| 7    | 2015            | M      | 23    | guiné bissau  | 27               | 4                | Patrulhamento Auto     |           | X          |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 8    | 2015            | M      | 45    | portuguesa    | 39               | 16               | Fora Serviço           | X         |            |            |                                     |                          | X                     |                            |   |           |                            |
| 9    | 2015            | M      | 28    | portuguesa    | 48               | 21               | E.I.R.                 | X         |            |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 10   | 2015            | M      | 33    | portuguesa    | 26               | 8                | Comando                |           | X          |            |                                     |                          | X                     |                            | X |           |                            |
| 11   | 2015            | M      | 34    | s. tomense    | 32               | 4                | Patrulhamento Auto     |           | X          |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 12   | 2016            | M      | 21    | portuguesa    | 48               | 21               | Supervisor Operacional |           | X          |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
|      |                 | M      | 25    | portuguesa    |                  |                  |                        |           | X          |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 13   | 2016            | M      | 30    | portuguesa    | 27               | 9                | Comando                |           | X          |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 14   | 2016            | M      | 20    | portuguesa    | 49               | 25               | E.I.R.                 | X         |            |            |                                     |                          | X                     |                            |   | X         |                            |
| 15   | 2016            | M      | 21    | portuguesa    | 30               | 4                | Patrulhamento Auto     | X         |            |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
|      |                 | M      | 21    | portuguesa    |                  |                  | Patrulhamento Auto     | X         |            |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 16   | 2017            | M      | 68    | portuguesa    | 23               | 2                | Patrulhamento Apeado   | X         |            |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 17   | 2017            | M      | 23    | Inglesa       | 29               | 6                | Patrulhamento Auto     | X         |            |            |                                     |                          | X                     |                            | X |           |                            |
| 18   | 2017            | M      | 24    | portuguesa    | 34               | 6                | Patrulhamento Apeado   |           | X          |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           | Remunerado                 |
| 19   | 2017            | M      | 26    | portuguesa    | 29               | 6                | Fiscalização Trânsito  |           | X          |            |                                     |                          | X                     | X                          |   |           |                            |
| 20   | 2018            | M      | 25    | portuguesa    | 42               | 20               | Patrulhamento Auto     | X         |            |            |                                     |                          | X                     |                            |   | X         | Remunerado                 |

## DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, declaro que autorizo o Comissário Nelson Ribeiro, da Polícia de Segurança Pública a utilizar dados e representações gráficas da minha autoria, que integram o documento abaixo referenciado, e que aguarda publicação, tendo sido da minha inteira responsabilidade o acesso prévio que lhe foi concedido.

Lisboa, 9 de julho de 2019

A handwritten signature in black ink, reading "Paulo Filipe Machado".

**Paulo Machado**

*Professor Auxiliar Convidado do ISCPSI*

MACHADO, P. (2019). Subsídios para o estudo da criminalidade contemporânea contra a autoridade pública. ISCPSI, Lisboa (em publicação)